

**Pérola Distribuição e Logística S.A. – Em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 06.204.131/0001-77

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)**

Balço Patrimonial			Demonstração do Resultado			Demonstração do Fluxo de Caixa				
Ativo	Notas	2025	2024	Operações em Continuidade	Notas	2025	2024	Fluxo de Atividades Operacionais	2025	2024
<b>Circulante</b>		<b>126.630</b>	<b>199.032</b>	<b>Receita operacional líquida</b>	22	615.334	908.462	<b>Resultado do Exercício</b>	<b>(243.086)</b>	<b>(63.536)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.843	5.213	Custo das mercadorias vendidas	23	(508.560)	(776.973)	<b>Por Ajuste:</b>	<b>(174.905)</b>	<b>(55.113)</b>
Clientes	5	44.847	32.468	<b>Lucro Bruto</b>		<b>106.774</b>	<b>131.489</b>	Ajustes Patrimoniais	(177.694)	(58.075)
Estoques	6	45.153	114.796	<b>Despesas e Receitas Operacionais</b>		<b>(244.435)</b>	<b>(152.313)</b>	Depreciações e Amortizações	2.789	2.962
Impostos a Recuperar	7	6.916	19.449	Despesas Comerciais	24	(64.150)	(68.546)	<b>Variáveis Ativas e Passivas</b>	<b>442.829</b>	<b>185.589</b>
Devoluções a Receber	8	542	503	Despesas com Pessoal	24	(65.266)	(64.703)	Aumento/Redução de Clientes	(12.379)	92.276
Adiantamentos	8	1.734	689	Despesas Administrativas	24	(52.716)	(55.063)	Aumento/Redução dos Estoques	69.643	61.835
Créditos com Acionistas	27	25.595	25.914	Despesas Tributárias	24	(76.331)	(2.114)	Aumento/Redução de Impostos a Recuperar	8.307	20.464
<b>Não Circulante</b>		<b>161.841</b>	<b>166.117</b>	Outras Receitas Operacionais	25	4.128	38.115	Aumento/Redução de Adiantamentos	1.045	928
Depósitos Judiciais	9	6.036	6.036	<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>(137.661)</b>	<b>(20.824)</b>	Aumento/Redução de Outros Créditos	790	51
Impostos a Recuperar	7	84.513	80.287	Receitas Financeiras	26	17.422	34.479	Aumento/Redução Obrigações Sociais, Fiscais e Provisões	102.845	54.471
Impostos Diferidos	18.a	2.277	3.106	Despesas Financeiras	26	(122.018)	(76.374)	Aumento/Redução Fornecedores	77.013	(44.238)
Créditos C/Partes Relacionadas	27	54.691	50.827	<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(242.257)</b>	<b>(62.719)</b>	Aumento/Redução Credores Recuperação Judicial	64.274	-
Investimentos	10	20	9.085	IRPJ e Contribuição Social Diferidos	18.a	(829)	(817)	Aumento/Redução de Adiantamentos	131.291	(198)
Imobilizado Líquido	11	13.875	16.227	<b>Resultado do Exercício</b>		<b>(243.086)</b>	<b>(63.536)</b>	Aumento/Redução de Outras Obrigações	24.838	66.940
Intangível	12	429	549	<b>Demonstração do Resultado Abrangente</b>				<b>Caixa Líquido de Atividades Operacionais</b>	<b>9.606</b>	<b>(7.215)</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>288.471</b>	<b>365.149</b>	Resultado do exercício		(243.086)	(63.536)	<b>Fluxo de Atividades de Investimentos</b>	<b>9.065</b>	<b>630</b>
				Resultados resultados abrangentes				Movimentações Líquidas do Imobilizado	430	(7.825)
				<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>(243.086)</b>	<b>(63.536)</b>	Movimentações Líquidas do Intangível	111	(20)
								<b>Caixa Líquido Atividades de Investimentos</b>	<b>34.444</b>	<b>59.725</b>
								<b>Fluxo de Atividades Financeiras</b>	<b>(37.814)</b>	<b>(62.308)</b>
								Aumento/Redução de Empréstimos e Financiamentos	(37.814)	(62.308)
								<b>Caixa Líquido de Atividades Financeiras</b>	<b>(3.370)</b>	<b>(2.583)</b>
								<b>Aumento/Redução do Fluxo de Caixa</b>	<b>(3.370)</b>	<b>(2.583)</b>
								No Início do Exercício	5.213	7.796
								No Final do Exercício	1.843	5.213
								<b>Aumento/Redução das Disponibilidades</b>	<b>(3.370)</b>	<b>(2.583)</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

**1. Contexto operacional** – A Pérola Distribuição e Logística S/A (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, instalada à Rua Antônio Moisés Saadi, Qd. 16 Lt. 16, Sala 01, Bairro Parque Industrial Lagoinha, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.095-230, inscrita no CNPJ sob o número 06.204.131/0001-77, NIRE sob o número 35300516265 e tem como objeto social o comércio atacadista, varejista, importação e exportação de produtos alimentícios, produtos de limpeza, latáreas, armarinhos, bebidas, ferragens, ferramentas, cosméticos, produtos de perfumaria, beleza e higiene pessoal, empacotamento de açúcar e fabricação de açúcar moído, triturado, refinado. Em razão dos desafios econômico-financeiros enfrentados pela Companhia ao longo dos últimos exercícios, especialmente em decorrência da escassez de fluxo de caixa, redução do faturamento, restrições de crédito, impacto no score financeiro e demais fatores que afetaram sua capacidade operacional e financeira, a Administração decidiu ingressar com pedido de recuperação judicial, com o objetivo de preservar a continuidade das atividades empresariais, a manutenção da fonte produtora, dos empregos e dos interesses dos credores, nos termos da Lei nº 11.101/2005. O pedido de recuperação judicial foi protocolado sob o nº 5772617-11.2025.8.09.0006, perante o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Anápolis/GO, tendo sido deferido em 22 de setembro de 2025. Com o deferimento do processo da recuperação judicial, foram suspensas as ações e execuções movidas contra a Companhia, observadas as disposições legais aplicáveis. O plano de recuperação judicial foi devidamente apresentado, encontrando-se pendente de apreciação e deliberação no âmbito do processo judicial, para posterior prosseguimento dos procedimentos previstos na legislação, incluindo a manifestação dos credores e, se aplicável, a realização de Assembleia Geral de Credores para deliberação e aprovação do plano.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – a. Declaração de conformidade:** As Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 (comparativas), aqui compreendidas: Balço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMLP), foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis e dos preceitos da Legislação Comercial, Lei 10.406/2002, com observância das normas relativas às sociedades por ações, Lei 6.404/76 e alterações posteriores como a Lei 11.638/07, estão em conformidade com a legislação comercial, fiscal, tributária, as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB), os pronunciamentos, e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. A Companhia declara expressamente que a elaboração e a apresentação das Demonstrações Contábeis e Financeiras estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. A administração da empresa também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a Cia não possui prestação pública de contas e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação do previsto na Legislação vigente no Brasil. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas em sua gestão. Em atendimento às práticas contábeis aplicáveis e considerando as diretrizes do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, as obrigações sujeitas aos efeitos da recuperação judicial foram reavaliadas quanto à sua classificação. Dessa forma, os passivos abrangidos pelo processo de recuperação judicial deixaram de ser apresentados conforme seus vencimentos originais e foram reclassificados do Passivo Circulante para o Passivo Não Circulante, em razão da expectativa de liquidação conforme os prazos e condições a serem estabelecidos no plano de recuperação judicial.

**b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O Regime de Escrituração Contábil adotado pela Pérola Distribuição e Logística S/A, é o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações, estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da Cia. Assim os ativos, os passivos e os resultados apresentados nas demonstrações contábeis mesmo quando contratados em moeda estrangeira foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perdas resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

**d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativa e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A administração da Cia fez a análise sobre a recuperabilidade dos ativos levando em conta os principais indicadores de desvalorização e chegou à conclusão de que todos os ativos se encontravam a valor recuperável através da Venda ou do Uso, dispensando assim a realização dos testes efetivos de Impairment conforme NBC TG 01 (R4) e a Lei 6.404/1976. As informações sobre premissas e incertezas associadas às estimativas e aos julgamentos, estão divulgadas na nota explicativa nº 3 e a Companhia não possui itens que possuem efeitos significativos sobre os valores mensurados nas demonstrações financeiras no contexto da sua operação.

**e. Continuidade operacional e dependência econômica:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, que considera que a Companhia continuará em operação no futuro previsível e realizará seus ativos e liquidará seus passivos no curso normal dos negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo líquido de R\$ 243.086, apresentou patrimônio líquido negativo de R\$ 243.007 e, naquela data, seus passivos circulantes excediam seus ativos circulantes em R\$ 55.165. Adicionalmente, a Companhia encontra-se em recuperação judicial, cujo processamento foi deferido em 22 de setembro de 2025, nos autos do processo nº 5772617-11.2025.8.09.0006, em trâmite perante o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Anápolis/GO. Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade da Companhia de manter sua continuidade operacional. A continuidade das operações depende, entre outros fatores, da aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, da renegociação dos passivos sujeitos à recuperação judicial, da geração futura de caixa operacional, da manutenção das atividades comerciais e do suporte financeiro das partes relacionadas e empresas do grupo. A Administração avaliou a capacidade de con-

**Demonstração do Resultado Abrangente**

Operações em Continuidade	2025	2024
Resultado do exercício	(243.086)	(63.536)
Resultados resultados abrangentes		
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(243.086)</b>	<b>(63.536)</b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

Fontes de Alteração	Reserva de Prejuízos Acumulados			Patrimônio Líquido
	Capital Social	Fiscais	Acumulados	
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>50.000</b>	<b>13.615</b>	<b>-</b>	<b>63.615</b>
Resultado do Exercício	-	(63.536)	(63.536)	
Compensação com Prejuízos	(13.615)	13.615	-	
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>50.000</b>	<b>-</b>	<b>(49.921)</b>	<b>79</b>
Resultado do Exercício	-	(243.086)	(243.086)	
<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>50.000</b>	<b>-</b>	<b>(293.007)</b>	<b>(243.007)</b>

tinuidade operacional da Companhia considerando as medidas já implementadas e em implementação, incluindo a revisão da estrutura de custos, a reorganização operacional, a renegociação de dívidas, a busca por melhoria da rentabilidade das operações, a reestruturação financeira no âmbito da recuperação judicial e o suporte financeiro das empresas do grupo, as quais têm permitido a execução dos planos de negócio da Companhia. Com base nessa avaliação, a Administração entende que a Companhia possui condições de manter suas atividades no futuro previsível, razão pela qual as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional. Caso as medidas previstas não sejam implementadas conforme esperado, especialmente quanto à aprovação e cumprimento do plano de recuperação judicial e à geração de caixa operacional suficiente, a Companhia poderá enfrentar dificuldades para realizar seus ativos e liquidar seus passivos pelos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Administração afirma que todas as informações relevantes relacionadas à avaliação de continuidade operacional foram consideradas na elaboração destas demonstrações financeiras.

**f. Ações para Reversão dos Prejuízos Acumulados:** A administração da sociedade tem implementado um conjunto de ações estratégicas e operacionais com o objetivo de reverter os prejuízos acumulados e restaurar a saúde financeira da sociedade. As principais medidas adotadas incluem: (i) Revisão da Estrutura de Custos: A sociedade iniciou um processo de revisão e otimização de suas operações, com foco na redução de custos fixos e aumento da eficiência operacional. Diversas áreas da empresa estão sendo reestruturadas para melhorar a produtividade e reduzir desperdícios. (ii) Aumento da Rentabilidade: A sociedade está trabalhando na revisão de sua estratégia comercial, com foco em aprimorar a rentabilidade das linhas de produtos mais lucrativas, bem como explorar novas oportunidades de receita. (iii) Reestruturação Financeira: A companhia está em Recuperação Judicial, para iniciar o processo de renegociação de dívidas com instituições financeiras e buscando novas fontes de financiamento, com o intuito de melhorar a liquidez e reduzir o impacto dos custos financeiros sobre a rentabilidade. (iv) Recuperação Judicial: Conhecendo os desafios já enfrentado em 2024, com escassez de fluxo de caixa, redução de faturamento, score afetado e outros, a diretoria assim decidiu entrar com o pedido de recuperação judicial, a fim de assegurar sua continuidade protocolando o pedido sob nº 5772617-11.2025.8.09.0006 JUÍZADO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ANÁPOLIS/GO, sendo deferido em 22/09/2025, suspendendo ações e execuções contra a companhia, nos termos da Lei 11.101/2005. O plano de recuperação judicial foi apresentado, aguardando sentença do Juízo para dar seguimento aos procedimentos, que são as adesões dos credores para registro de assembleia afim de realizar a aprovação, conforme CPC 26 (R1), as dívidas sujeitas à recuperação judicial foram reclassificadas do Passivo Circulante (curto prazo) para o Não Circulante (longo prazo) e não mais pelo seu vencimento original. Essas ações visam não apenas mitigar os prejuízos acumulados, mas também garantir a sustentabilidade financeira e operacional da sociedade no futuro, restaurando a confiança dos investidores, colaboradores e demais partes interessadas. A administração acredita que a Recuperação Judicial, aliada à futura aprovação do Plano, garantirá a continuidade das atividades da empresa, não havendo intenção ou necessidade de liquidação imediata dos ativos (conforme CPC 26 (R1)).

**g. Data de aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 07 de abril de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

**3. Principais práticas contábeis** – A Sociedade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

**a. Apuração do resultado e reconhecimento de receita:** E apurado em conformidade com o regime de competência. As vendas das mercadorias são reconhecidas na emissão das notas fiscais de venda. No encerramento das demonstrações financeiras, a Sociedade avalia se a obrigação de performance foi cumprida na devida competência, e, quando relevante, as vendas reconhecidas sem a entrega das mercadorias (obrigação de performance) são estornadas, incluindo impostos e custos vinculados.

**b. Instrumentos financeiros (i) Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos ativos financeiros:** A Sociedade reconhece os ativos e passivos financeiros na data da negociação na qual as empresas se tornam partes das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado (modelo de negócio de manter fluxos de caixa contratuais mais juros), ao valor justo por meio do resultado abrangente (modelo de negócio tanto de manter fluxos de caixa contratuais mais juros quanto de vender os instrumentos financeiros) ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando as empresas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelas empresas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual. Instrumentos financeiros não derivativos ativos incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Os instrumentos ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade, em decorrência do seu modelo de negócio e características dos instrumentos financeiros ativos que envolvem receber fluxo de caixa e juros, classificou tais instrumentos na categoria de custo amortizado, que compreende: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. (ii) Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos passivos financeiros: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retrada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes,

**Crítérios de Provisão**

Categoria	A	B	C	D	E	F	G
<b>Dias Atraso</b>	-	1-30	31-90	91-120	121-150	151-360	Sup. 360
<b>Percentual</b>	0,50%	1,00%	5%	15%	40%	60%	90%

**f. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, ou seja, não inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização e, quando aplicável, reduzido por provisão para cobrir eventuais perdas, e atualização por verba recebida ou concedida através de bonificação. As estimativas do valor realizável líquido devem ser baseadas nas evidências mais confiáveis disponíveis no momento em que são feitas as estimativas do valor dos estoques que se espera realizar, já considerando as possíveis perdas. Quando aplicável, é constituída provisão para perda na realização dos estoques, seguindo os critérios apresentados a seguir: - Produtos vendidos/avariados; - Trocas em garantia; - Produtos com vencimento em até 1 mês após na data de fechamento de balanço.

**g. Imobilizado:** Registrado pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é registrada pelo método linear com base na estimativa de vida útil dos ativos, conforme taxas anuais demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Os terrenos não sofrem depreciação. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. A Sociedade realiza anualmente análise de índices de perda no valor recuperável do ativo imobilizado. Em 2025 e 2024 não foram identificados índices de perdas que ensejassem o teste de recuperabilidade.

**h. Intangível:** Representado, basicamente, por gastos incorridos na aquisição de softwares, deduzidos de sua amortização, a qual é calculada com base em uma estimativa de vida útil (tempo de uso das licenças ou geração de benefícios à Sociedade).

**i. Provisão para riscos com demandas judiciais:** A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos e suas provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia dos tribunais e as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para demandas judiciais estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis. As provisões quando constituídas encontram-se fortemente alicerçadas nas opiniões dos assessores jurídicos ou advogados, levando em conta a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. Assim, a administração considera que tais provisões são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. Mesmo que algum passivo esteja sendo discutido judicialmente, tal obrigação, é mantida até o ganho definitivo quando não couberem mais recursos ou quando da sua prescrição. Para que as provisões para demandas judiciais apresentadas reflitam a melhor estimativa de desembolsos futuros, os processos judiciais da Sociedade são avaliados e revisados periodicamente, com base em pareceres de advogados internos e externos, para estimar o potencial de perda de cada processo, sendo registrados contabilmente de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que estabelece que uma provisão deve ser reconhecida quando: (a) A Sociedade tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado; (b) É provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) O montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não deve ser reconhecida.

**j. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:**

O regime de tributação é o lucro real. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro do exercício de cada exercício, ajustado na forma legal, sendo o imposto de renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R\$ 240.000,00 e pela contribuição social à alíquota de 9%. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. O imposto sobre a renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos, reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O imposto sobre a renda corrente e diferido é reconhecido como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido.

**k. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros:** A Sociedade reconhece no final de cada período provisões para perdas esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perda é mensurada por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, por meio da abordagem simplificada. A Sociedade também avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

**Ativos não financeiros:** A cada data de apresentação das demonstrações financeiras, a Administração da Sociedade avalia se há indicação de perda no seu valor recuperável nos valores contábeis dos ativos não monetários (imobilizado e intangível). Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os fatores considerados pela Sociedade incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos.

**4. Caixa e equivalentes de Caixa**

	2025	2024
Caixa	686	1.080
Bancos – Conta corrente	244	2.882
Aplicações financeiras (*)	912	1.251
<b>Total</b>	<b>1.843</b>	<b>5.213</b>

(\*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente, a operações de curto prazo, de alta liquidez, que estão prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa.

**5. Clientes**

	2025	2024
Duplicatas a receber	50.372	37.207
Cartões de créditos a receber	129	134
(+) Provisão para perdas com créditos	(4.739)	(4.103)
(-) Recebimentos a identificar	(915)	(244)
(-) AVP Contas a receber	-	(525)
<b>Total</b>	<b>44.847</b>	<b>32.468</b>

A movimentação da provisão para perdas de créditos é como se segue:

	2025	2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>(4.103)</b>	<b>(4.722)</b>
Constituições	(636)	-
(-) Reversões	-	619
<b>Saldo Final</b>	<b>(4.739)</b>	<b>(4.103)</b>

O contas a receber da Sociedade tem elevada diversificação de devedores, mas devido o atual cenário foram adotadas medidas de realíse de crédito, o que resguardou uma manutenção dos índices de inadimplência, permitindo um índice equiparado ao ano anterior.

**6. Estoques**

	2025	2024
Estoque de mercadoria para revenda	45.402	117.720
(-) Provisão para perdas nos estoques (*)	(248)	(477)
(-) AVP estoques	-	(2.446)
<b>Total</b>	<b>45.153</b>	<b>114.796</b>

(\*) A Sociedade contabilizou provisão para perdas nos estoques de mercadorias que se encontram em situação de avariados, deteriorados e outros cujo vencimento estava próximo, comprometendo a sua realização. Todas essas mercadorias perderam a capacidade de geração de benefícios futuros, desta forma, foram objeto de provisão para perda no balanço de 31/12/2025, conforme requerido pelas práticas contábeis vigentes no Brasil. A efetiva baixa desses bens será efetuada em 2026 após os devidos trâmites legais que permitam o descarte no aterro sanitário ou recolha por parte das indústrias parceiras. Movimentação da provisão para perdas nos estoques:

	2025	2024
Saldo inicial	(477)	(423)
Constituições	-	(531)
Reversões	229	-
<b>Saldo final</b>		

... continuação		Pérola Distribuição e Logística S.A. – Em Recuperação Judicial		
<b>7. Impostos a recuperar</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
Créditos tributários federais a recuperar (a)	6.281	16.552		
Outros	-	89		
<b>Circulante</b>	<b>6.916</b>	<b>19.449</b>		
<b>2025</b>	<b>2024</b>			
Créditos tributários federais a recuperar (a)	59.109	54.883		
Créditos tributários estaduais a recuperar (b)	25.403	25.403		
<b>Não circulante</b>	<b>84.512</b>	<b>80.287</b>		
<i>(a) Nos créditos tributários a recuperar existem créditos de PIS e COFINS recuperados em decorrência da dedução do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS conforme processo transitado em julgamento da Sociedade. O processo foi ajuizado em 2011, garantindo o direito de reconhecimento do crédito tributário desde o período de dezembro de 2006. (b) No ano de 2022 a Sociedade ingressou com uma ação 1069566-88.2022.8.26.0053 solicitando a recuperação de ICMS Substituição Tributária do estado de São Paulo recolhidos indevidamente, na decisão foi reconhecido o direito ao indébito tributário decorrente da cobrança indevida, que poderá ser conseguido por restituição ou compensação dos créditos e débitos concretos da impetrante junto à Fazenda estadual, referente aos cinco últimos anos a partir do ajuizamento da presente demanda, em 2024 foi reconhecido o valor de R\$ 25.403.189,75. Esse valor será recuperado a partir do ano de 2026.</i>				
<b>8. Adiantamentos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
Adiantamentos a fornecedores	1.588	456		
Adiantamentos a funcionários	146	232		
<b>Total</b>	<b>1.734</b>	<b>689</b>		
<b>9. Depósitos Judiciais</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
Depósitos judiciais (*)	6.036	6.036		
<b>Total</b>	<b>6.036</b>	<b>6.036</b>		
<i>(*) Os depósitos judiciais refere-se a garantias vinculadas a uma discussão judicial de cunho tributário conforme previsto no Art. 151 da Lei Nº 5.172/66 (CTN) e também a discussões judiciais de cunho trabalhista conforme previsto na IN Nº 36 do TST, em consonância com o Art. 836 da Lei Nº 5.452/43 (CLT).</i>				
<b>10. Investimentos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
<i>Na conta de investimentos incluem os ativos financeiros, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, sendo eles:</i>				
Títulos ING BANK	8.460	8.460		
(+) AVP Títulos ING BANK	(8.460)	(8.460)		
Cotas de Capital – SICREDI	20	625		
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>9.085</b>		
<b>11. Imobilizado – a. Composição do saldo de imobilizado</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
	<b>Vida útil em anos</b>	<b>Custo Aquisição</b>	<b>Depreciação Líquida</b>	<b>Imobilizado Líquido</b>
Instalações	10 a 15	968 (959)	10	29
Móveis e utensílios	10 a 15	6.158 (3.083)	3.075	3.540
Máquinas e equipamentos	10 a 15	17.825 (8.507)	9.318	10.331
Computadores e periféricos	5 a 8 anos	8.479 (7.118)	1.361	2.183
Veículos	5 anos	432 (320)	112	144
<b>Total</b>		<b>33.862 (19.987)</b>	<b>13.875</b>	<b>16.227</b>
<b>b. Movimentação</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adição</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Líquido</b>
Instalações	29	-	(19)	10
Móveis e utensílios	3.540	1	(465)	3.075
Máquinas e equipamentos	10.331	268	(1.282)	9.318
Computadores e periféricos	2.183	48	(871)	1.361
Veículos	144	112	(112)	144
<b>Total</b>	<b>16.227</b>	<b>430</b>	<b>(112) (2.669)</b>	<b>13.875</b>
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adição</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Líquido</b>
Instalações	29	-	(30)	29
Móveis e utensílios	4.008	11	(480)	3.540
Máquinas e equipamentos	11.284	7.446 (7.045)	(1.354)	10.331
Computadores e periféricos	2.908	221 (2)	(944)	2.183
Veículos	42	147	(45)	144
<b>Total</b>	<b>18.301</b>	<b>7.825 (7.046) (2.853)</b>	<b>(2.853)</b>	<b>16.227</b>
<b>c. Redução ao valor recuperável – "Impairment"</b> A administração da Pérola revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangível a ser mantido e utilizado nas operações com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. A administração verificou que nas datas de fechamento das demonstrações financeiras não haviam evidências de desvalorização desses ativos conforme pronunciamento CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.				
<b>12. Intangível</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
Sistemas (softwares) (*)	1.700	1.700		
(-) Amortização Acumulada	(1.270)	(1.150)		
<b>Total</b>	<b>429</b>	<b>549</b>		
<i>(*) Os softwares referem-se ao sistema de gestão empresarial e estão registrados ao custo de aquisição e vem sendo amortizado linearmente em 12 anos.</i>				
<b>13. Fornecedores</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
Fornecedores	17.993	96.034		
(-) AVP fornecedores	-	(1.028)		
<b>Total</b>	<b>17.993</b>	<b>95.006</b>		
<b>14. Financiamentos e empréstimos bancários</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
<i>Referem-se a financiamentos obtidos junto a instituições financeiras conforme exposto a seguir:</i>				
<b>Empréstimos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
Banco do Brasil S/A	6.560	8.040		
Banco Safra S/A	6.069	7.667		
Banco Santander S/A	9.829	10.600		
Itaú Unibanco S/A	-	7.552		
Banco Sofisa S/A	-	10.923		
Banco Original S/A	-	5.155		
Banco Daycoval S/A	4.786	3.346		
Banco Sicredi	-	24.008		
Banco Industrial	4.900	4.563		
Banco C6 S/A	1.955	3.134		
<b>Total</b>	<b>34.100</b>	<b>84.988</b>		
<b>Finame</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
Banco Safra S/A	565	857		
Banco Daycoval S/A	4.182	3.736		
<b>Total</b>	<b>4.747</b>	<b>4.593</b>		
<b>Total financiamentos e empréstimos</b>	<b>38.846</b>	<b>89.581</b>		
<b>Circulante</b>	<b>18.713</b>	<b>28.468</b>		
<b>Não Circulante</b>	<b>20.133</b>	<b>61.113</b>		
<i>Apresenta-se a seguir, demonstrativo contendo o vencimento e os montantes dos empréstimos reconhecidos no passivo circulante e não circulante:</i>				
<b>Ano</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
2025	-	25.092		
2026	18.508	28.251		
2027	11.858	17.874		
2028	4.315	12.292		
2029	3.588	6.072		
2030	578	-		
<b>Total</b>	<b>38.846</b>	<b>89.581</b>		
<b>15. Obrigações e parcelamentos tributários</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
Débitos Tributários Goiás (b)	123.580	5.872		
Fundo de desenvolvimento econômico	1	11		
ICMS à recolher (b)	37.943	54.722		
ICMS substituição tributária	1.159	767		
ICMS parcelamento-GO	-	25.570		
ICMS Adicional 2%	283	408		
ICMS fundo de combate à pobreza	11	15		
ICMS parcelamento-BA	5.432	1.659		
ICMS parcelamento-DF	2.458	445		
ICMS parcelamento-SP	1.295	817		
Parcelamento adicional 2%	-	433		
Parcelamento PIS/COFINS	445	445		
Parcelamento previdenciário (a)	22.663	6.805		
Parcelamento tributos federais	1.199	1.123		
Protege à recolher	274	567		
INSS à recolher sobre notas fiscais	18	257		
IRRF à recolher sobre aluguéis	17	17		
IRRF à recolher sobre notas fiscais	16	12		
IRRF sobre RPA	2	2		
ISSQN retido à recolher	20	38		
PIS/COFINS/CSLL retido à recolher	28	45		
PIS à recolher	80	-		
COFINS à recolher	377	-		
<b>Total obrigações tributárias/Parcelamento</b>	<b>197.252</b>	<b>100.676</b>		
<b>Circulante</b>	<b>46.850</b>	<b>71.639</b>		
<b>Não Circulante</b>	<b>150.403</b>	<b>29.037</b>		
<i>(a) No ano de 2024 foram parcelados débitos previdenciários em 145 parcelas com vencimento final para 2035, as parcelas estarão sujeitas a correção pela taxa referencial do sistema de liquidação e custódia – Selic. (b) O aumento do saldo da conta ICMS a recolher se deve ao fato da sociedade estar com alguns meses do ICMS declarado a recolher em aberto, a Sociedade está negociando junto à Secretaria da Fazenda do Estado o parcelamento desses débitos buscando as melhores condições possíveis para a quitação desses valores.</i>				
<b>16. Obrigações trabalhistas e previdenciárias</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
Salários a pagar	1.459	2.357		
Rescisões a pagar	43	4		
RPA a pagar	3	12		
Pró-labore a pagar	-	-		
Contribuição sindical à recolher	-	312		
FGTS à recolher	211	512		
INSS a recolher (a)	22.406	15.118		
IRRF à recolher	92	137		
<b>Total</b>	<b>24.213</b>	<b>17.945</b>		
<i>(a) O aumento do saldo da conta INSS a recolher se deve ao fato da sociedade estar com alguns meses de Contribuições Previdenciárias do ano de 2024 e 2025 a recolher em aberto, a Sociedade está negociando junto à Receita Federal o parcelamento desses débitos buscando as melhores condições possíveis para a quitação desses valores.</i>				
<b>17. Empréstimos c/ terceiros</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
BMP Sociedade de Crédito Direto S.A	2.738	14.188		
Laços Depositária de Valores Mobiliários S.A	6.755	6.750		
SAS Ind. e Com. De Produtos Químicos Ltda	4.250	4.250		
Maxima Temper Indústria de Vidros Ltda	1.000	1.000		
Atlanta Fundo de Investimento Ltda	15.119	-		
Invista CF Fundo de Investimento Ltda	3.098	-		
Multiplica Fundo de Investimento Ltda	14.086	-		
Outros credores	-	145		
<b>Total</b>	<b>61.046</b>	<b>26.373</b>		
<b>Circulante</b>	<b>39.759</b>	<b>12.592</b>		
<b>Não Circulante</b>	<b>21.287</b>	<b>13.781</b>		
<b>18. Imposto de renda e contribuição social – a. Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
<i>É reconhecido conforme descrito na Nota Explicativas 3 "k". A composição dos saldos de imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL) diferidos é como segue:</i>				
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
Provisão para perdas esperadas	4.739	4.103		
Provisão para perdas nos estoques	248	477		
Provisão para contingências judiciais	1.710	2.610		
AVP contas a receber	-	525		
AVP estoques	-	2.446		
<b>Total da base do ativo diferido</b>	<b>6.697</b>	<b>10.162</b>		
34% IR e CSLL – Ativo fiscal diferido	<b>2.277</b>	<b>3.455</b>		
<b>Passivo fiscal diferido</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
AVP fornecedores	-	1.028		
<b>Total da base do passivo diferido</b>	<b>-</b>	<b>1.028</b>		
34% IR e CSLL – Passivo fiscal diferido	<b>-</b>	<b>349</b>		
<b>Imposto diferido após compensação</b>	<b>2.277</b>	<b>3.106</b>		
<b>b. Conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(242.257)</b>	<b>(62.719)</b>		
Alíquota fiscal nominal	34%	34%		
<b>Expectativa de IRPJ e CSLL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		
<b>Adições temporárias:</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		
Provisão para perdas nos estoques	-	53		
Provisão para demandas judiciais	66.888	-		
Provisão para devedores duvidosos	636	-		
Resultado líquido do ajuste a valor presente	1.028	616		
<b>Adições permanentes:</b>	<b>74</b>	<b>20</b>		
Multas tributárias	100	95		
Brindes, multas e doações	100	95		
<b>Total adições</b>	<b>68.727</b>	<b>783</b>		
<b>Exclusões temporárias:</b>	<b>(229)</b>	<b>(619)</b>		
Reversão provisão para perdas estoque	-	(619)		
Reversão provisão para perdas esperadas	(900)	(907)		
Reversão provisão para demandas judiciais	(900)	(907)		
Resultado líquido do ajuste a valor presente	(2.972)	(1.545)		
<b>Exclusões permanentes:</b>	<b>(4.225)</b>	<b>(3.490)</b>		
Atualização monetária créditos tributários	(4.225)	(3.490)		
ICMS crédito presumido	-	(12.300)		
<b>Total exclusões</b>	<b>(8.326)</b>	<b>(18.861)</b>		
<b>Base para apuração de IRPJ e CSLL correntes</b>	<b>(181.857)</b>	<b>(80.797)</b>		
<b>(A) IRPJ e CSLL correntes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		
Provisão para perdas nos estoques	-	53		
Provisão para devedores duvidosos	636	-		
Resultado líquido do ajuste a valor presente	1.028	616		
Reversão provisão para perdas esperadas	-	(619)		
Reversão provisão para perdas estoque	(229)	-		
Reversão provisão para demandas judiciais	(900)	(907)		
Resultado líquido do ajuste a valor presente	(2.972)	(1.545)		
<b>Exclusões permanentes:</b>	<b>(2.437)</b>	<b>(2.403)</b>		
Atualização monetária créditos tributários	(2.437)	(2.403)		
<b>(B) IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>(829)</b>	<b>(817)</b>		
<b>(C) Total IRPJ e CSLL (A) + (B)</b>	<b>(829)</b>	<b>(817)</b>		
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>0,34%</b>	<b>1,30%</b>		
<b>19. Provisão para demandas judiciais</b> – A Sociedade é parte em ações judiciais e processos judiciais envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados, e são registradas contabilmente de acordo com as regras descritas na Nota Explicativa 3 "j".				
	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
Cível	476	1.291		
Trabalhistas	1.234	1.318		
Tributárias	91.877	24.988		
<b>Total provisão para demandas judiciais</b>	<b>93.587</b>	<b>27.598</b>		
<i>Segue a movimentação ocorrida no saldo da provisão:</i>				
	<b>2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Reversões</b>	<b>2025</b>
Cível	1.291	-	(815)	476
Trabalhistas	1.318	-	(85)	1.234
Tributárias	24.988	66.888	-	91.877
<b>Total</b>	<b>27.598</b>	<b>66.888</b>	<b>(900)</b>	<b>93.587</b>
	<b>2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Reversões</b>	<b>2024</b>
Cível	1.352	-	(61)	1.291
Trabalhistas	2.165	-	(846)	1.318
Tributárias	24.988	-	-	24.988
<b>Total</b>	<b>28.505</b>	<b>-</b>	<b>(907)</b>	<b>27.598</b>
<b>Natureza dos riscos:</b> A natureza das obrigações são compendidas conforme abaixo: <b>Riscos cíveis</b> – as principais ações estão relacionadas a indenizações sobre reclamações de clientes com ações indenizatórias por danos morais. <b>Riscos trabalhistas</b> – consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. <b>Riscos tributários</b> – referem-se a autos de infrações de ICMS, ICMS ST, PIS e COFINS, relativos a exercícios anteriores que estão sendo discutidos administrativamente e judicialmente.				
<b>20. Credores recuperação judicial</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
Fornecedores RJ – Quirógrafários	63.105	-		
Fornecedores RJ – ME – EPPs	814	-		
Credores RJ – Trabalhistas	354	-		
<b>Total</b>	<b>64.274</b>	<b>-</b>		
<i>Em 2025, a Companhia passou a apresentar saldos de obrigações sujeitos ao processo de recuperação judicial, classificados conforme a natureza dos respectivos credores e de acordo com as informações constantes no plano/processo de recuperação judicial. Essas obrigações estão sujeitas às condições, prazos, desgastos, atualizações e demais critérios previstos no plano de recuperação judicial aprovado, quando aplicável, ou às deliberações do juízo competente. A Administração acompanha periodicamente a evolução do processo e avalia os impactos contábeis decorrentes de eventuais alterações nas condições de pagamento, homologações, impugnações, reclassificações de créditos.</i>				
<b>21. Patrimônio líquido – a. Capital social:</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
<i>Em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 19 de maio de 2021, foi decidido por unanimidade dos acionistas o aumento do capital social da sociedade para R\$ 50.000.000,00 com saldo de reservas de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2022 o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), dividido em 7.000.000 (sete milhões) de ações, sendo 6.300.000 (seis milhões e trezentas mil) ações ordinárias nominativas e 700.000 (setecentos mil) ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal. <b>b. Reserva de incentivos fiscais:</b> Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendada pela Lei nº 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela de subvenção governamental reconhecida no resultado do exercício, em conta redutora de impostos, e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. A movimentação da reserva de incentivos fiscais é como segue:</i>				
	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
Saldo inicial	-	13.615		
(-) Compensação com prejuízos acumulados	-	(13.615)		
(+) Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-		
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		
<b>c. Passivo à descoberto:</b> A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2025 um Passivo à Descoberto, portanto seu patrimônio líquido é negativo pela absorção dos prejuízos acumulados auferidos, porém a Diretoria pretende elaborar planos de curto e médio prazo com				

... continuação

**Pérola Distribuição e Logística S.A. – Em Recuperação Judicial**

guimento dos procedimentos previstos na legislação, incluindo a manifestação dos credores e, se aplicável, a realização de Assembleia Geral de Credores para deliberação e aprovação do plano, na qual não existe ressalva. **Responsabilidade da Administração Pelas Demonstrações Financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações Financeiras de acordo com as práticas Financeiras adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas atividades, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o

encerramento das operações. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de audi-

toria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divul-

gações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Goiânia-GO, 02 de julho de 2026. **Walkiria da Silva Alencar**  
**Auditor Independente**  
CRC-GO 11.601-O CVM 11436

## Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

**DATA MERCANTIL** São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/07/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

